



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2022.

1) A COMPANHIA

A SPT é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporá no estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:

245,24

Tensão em kV:

500/138

Subestações próprias/acessadas:

2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 60.795.201 (sessenta milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e um reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 51.140.774 (cinquenta e um milhões, cento e quarenta mil, setecentos e setenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 18,9%.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	12,88	12,40
• Liquidez corrente	13,78	11,34
• Relação patrimônio líquido/ativo	92,23%	91,94%
• Relação passivo não circulante/Ativo	5,69%	6,21%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,71%	6,77%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	10,82%	8,16%
Ativos totais - R\$	335.619.752	318.364.736
Lucro líquido do exercício - R\$	33.161.340	19.801.511

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvéria Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Disposmos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e

conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	44.342.398	36.385.657
Custo da operação	18	(8.709.717)	(9.721.183)
Lucro bruto		35.632.681	26.664.474
Despesas gerais e administrativas	19	(4.039.546)	(2.634.569)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		1.890.313	(149.729)
Lucro antes do resultado financeiro		33.483.448	23.880.176
Resultado financeiro	20	2.579.103	(2.398.307)
Receita financeira		2.863.303	15.063.086
Despesa financeira		(284.200)	(17.461.393)
Resultado antes dos impostos		36.062.551	21.481.869
IRPJ e CSLL correntes	21	(3.163.485)	(2.039.543)
IRPJ e CSLL diferidos	21	262.274	359.185
Lucro líquido do exercício		33.161.340	19.801.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	33.161.340	19.801.511
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	33.161.340	19.801.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		36.062.551	21.481.869
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		-	3.498.117
Depreciação e amortização		129.265	129.065
Provisão para perda de crédito esperada	6	245.744	9.549
Provisão para contingências (Aumento) redução nos ativos	14	(81.822)	8.245
Concessionárias e permissionárias		(455.525)	(557.280)
Contas a receber - partes relacionadas		(387.831)	236.600
Ativo de contrato	9	8.515.377	11.844.523
Estoques		(27.271)	(87.577)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	796.224
Outros impostos a recuperar		(40.279)	(1.037)
Adiantamentos a fornecedores		13.892	363.722
Outros ativos		248.460	(174.596)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(25.195)	(737.028)
Tributos e contribuições sociais		1.388.874	345.750
Taxas regulamentares		425.424	(1.144.919)
Outros passivos		354.237	(2.192.032)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		46.365.901	33.819.205
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.471.897)	(1.175.686)
Outros impostos pagos		(2.221.120)	(1.553.368)
Juros pagos		-	(2.116.168)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		41.672.884	28.973.983
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(614)	(1.080)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(614)	(1.080)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos		-	(20.555.081)
Dividendos pagos	16	(16.176.039)	(15.000.000)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(16.176.039)	(35.555.081)
Aumento/(Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		25.496.231	(6.582.178)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.765.939	21.348.117
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.262.170	14.765.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.262.170	14.765.939	Fornecedores - terceiros	10	681.250	539.018
Concessionárias e permissionárias	6	5.540.041	5.330.260	Fornecedores - partes relacionadas	22	1.030.748	1.198.173
Contas a receber - partes relacionadas	22	916.653	528.822	Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	549.091	427.446
Estoques	7	3.874.243	3.846.972	Outros impostos a pagar	11	786.773	738.264
Adiantamento a fornecedores		7.479	21.371	Taxas regulamentares	12	1.540.650	1.115.226
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	233.456	233.456	Dividendos propostos	16	315.033	188.115
Outros impostos a recuperar	8	41.770	1.491	Outros passivos circulantes	13	2.058.342	1.704.104
Ativo de contrato	9	44.346.292	41.412.939			6.961.887	5.910.346
Outros ativos circulantes		682.859	902.926	Passivo não circulante			
		95.904.963	67.044.176	Provisão para contingência	14	459	82.281
Ativo não circulante				Impostos diferidos	15	19.083.329	19.656.416
Ativo de contrato	9	239.272.863	250.721.592	Outros passivos não circulantes		20.000	20.000
Outros ativos não circulantes		54.378	82.767			19.103.788	19.758.697
Imobilizado		385.999	514.866	Patrimônio líquido			
Intangível		1.549	1.334	Capital social	16	271.496.454	271.496.454
		239.714.789	251.320.559	Reserva legal		3.688.770	2.030.703
Total do ativo		335.619.752	318.364.735	Reserva de lucros		34.368.853	19.168.535
						309.554.077	292.695.692
				Total do passivo e do patrimônio líquido		335.619.752	318.364.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	195.300.000	1.040.628	15.545.214	-	-	211.885.842
Aumento de capital (nota explicativa 16)	76.196.454	-	-	-	-	76.196.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.801.511	19.801.511
Constituição da reserva legal	-	990.075	-	-	(990.075)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	18.623.321	(18.623.321)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16)	-	-	-	-	(188.115)	(188.115)
Reversão referente a realização da reserva especial de lucros a realizar	-	-	(15.545.214)	15.545.214	-	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	-	(15.000.000)	-	(15.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	271.496.454	2.030.703	-	19.168.535	-	292.695.692
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.161.340	33.161.340
Constituição da reserva legal	-	1.658.067	-	-	(1.658.067)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	31.188.240	(31.188.240)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16)	-	-	-	-	(315.033)	(315.033)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	-	(15.987.922)	-	(15.987.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	271.496.454	3.688.770	-	34.368.853	-	309.554.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporá no estado de Minas Gerais. A Companhia iniciou suas operações em 11 de abril de 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é control



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCS) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **3.5 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.6 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seus resultados registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.7 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.8 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.9 Impostos: Impostos incidentes sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita

tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.10 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.12 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.14 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas ascendendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.15 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.16 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** (alteração do CPC 26 (R1)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **(b) Definição de Política Contábil de "estimativas contábeis"** (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações

internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. **(c) Divulgações de políticas contábeis** - (alterações ao CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere à inclusão da definição de "políticas contábeis" e a substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelado a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. **(d) Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. **(e) Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts - (alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1.205
Bancos	362.791	479.761
Aplicações financeiras (i)	39.899.379	14.284.973
	40.262.170	14.765.939

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à uma taxa média de 103,09% do CDI no exercício de 2022 e de 101,19% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2022 em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação e revisão tarifária) e apesar do pagamento de dividendos no exercício de 2022 ter sido maior, em 2021 foram quitados principal e juros dos empréstimos, o que justifica o saldo menor naquele ano.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	5.278.285	4.830.818
Vencidas até 30 dias	7.053	68.562
Vencidas até 60 dias	1.725	66.659
Vencidas até 90 dias	4.813	168.598
Vencidas há mais de 90 dias (i)	528.982	230.696
	5.820.858	5.365.333
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(280.817)	(35.073)
	5.540.041	5.330.260

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(35.073)	(25.514)
Reversão	4.140	5.396
Adição (i)	(249.884)	(14.955)
Saldo final	(280.817)	(35.073)

(i) Variação refere-se substancialmente ao AVC complementar das empresas do grupo Quinturará ainda não recebido.

7. ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	3.874.243	3.846.972
	3.874.243	3.846.972

(i) Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

8. OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ	83.756	83.756
CSLL	149.700	149.700
	233.456	233.456
Outros impostos a recuperar		
PIS/COFINS/CSLL	454	454
INSS a recuperar	948	948
INSS a compensar (i)	40.279	-
ISS a recuperar	89	89
	41.770	1.491

(i) Variação refere-se créditos levantados através de uma análise de oportunidades de crédito previdenciário referente a salário maternidade que serão compensados ao longo de 2023.

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	44.346.292	41.412.939
Não circulante	239.272.863	250.721.592
	283.619.155	292.134.531

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	30.9.2020	30.9.2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	303.979.054	
Receita de O&M (i)	12.637.679	
Receita de remuneração (ii)	27.636.665	
Recebimentos (iii)	(51.936.173)	
Imobilizado em curso (iv)	(182.694)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	292.134.531	
Circulante	41.412.939	
Não circulante	250.721.592	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	292.134.531	
Receita de O&M (i)	14.174.392	
Receita de remuneração (ii)	26.749.257	
Recebimentos (iii)	(49.439.025)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.619.155	
Circulante	44.346.292	
Não circulante	239.272.863	

(i) Valor refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração. (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL. (iv) Variação refere-se à baixa de adiantamentos de projetos de reforço. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar, contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

continua ★





SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

10. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra	121.067	121.067
Fornecedores relacionados à construção	333.739	330.960
Gastos ambientais e fundiários	30.785	20.088
Prestadores de serviços	53.920	56.366
Outros (i)	141.739	10.537
	681.250	539.018

(i) Variação refere-se à provisão de gastos com combustíveis, compra de uniformes e equipamentos que serão pagas durante o ano de 2023.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
IRPJ	318.623	244.367
CSLL	230.468	183.079
	549.091	427.446
Outros impostos a pagar		
PIS	33.211	27.373
COFINS	153.282	126.339
INSS	120.424	104.827
ISS a pagar	270.376	280.397
IRRF retido na fonte	91.880	91.968
PIS/COFINS/CSLL	68.045	63.692
Outros	49.555	43.668
	786.773	738.264

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva global de reversão (RGR) (i)	82.253	71.311
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	321.183	317.418
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	1.137.214	726.497
	1.540.650	1.115.226

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 119.896 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais). (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 233.257 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais). (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	671.395	599.519
Provisão de bônus (i)	1.264.799	1.000.092
IRRF funcionários	122.080	104.432
Outros	68	61
	2.058.342	1.704.104

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se à atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia constituiu provisões para riscos trabalhistas e de serviços, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	459	8.245
Serviços (i)	—	74.036
	459	82.281

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.245	74.036	82.281
Adições e reversões, líquidas (i)	(8.364)	93.073	84.709
Pagamentos (ii)	—	(167.109)	(167.109)
Atualizações monetárias	578	—	578
Saldo em 31 de dezembro de 2022	459	—	459
	Trabalhistas	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	74.036	74.036
Adições e reversões, líquidas (iii)	7.891	—	7.891
Atualizações monetárias	354	—	354
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.245	74.036	82.281

(i) A variação nas causas trabalhistas se deve à mudança de prognóstico para remoto do processo 0011088-68.2016.5.03.0033 - W.B.S que foi julgado parcialmente procedente, com a condenação sendo quitada pela primeira reclamada ENERGEN Power. Atualmente o processo está em trâmites finais para ser arquivado. A variação em serviços se deve à mudança de valor do processo processo 0456366-27.2008.8.13.0470 - C.W.V. (ii) O pagamento é referente ao processo 0456366-27.2008.8.13.0470 - C.W.V., trata-se de um processo de servidão oriundo da aquisição da SPTE constante na lista de contingências da Plena. Em 19/09/2022 a Companhia efetuou pagamento (de responsabilidade dos sellers) no valor de R\$ 167.109 (cento e sessenta e sete mil, cento e nove reais) referente à execução da sentença que fixou no valor do laudo pericial a indenização devida ao proprietário. (iii) As adições ocorreram, basicamente, em razão de alteração de prognóstico de possível para provável do processo 0011088-68.2016.5.03.003 de riscos relacionados a verbas legais e contratuais, terceirização e riscos relativos a ações judiciais nas quais se discute a constituição de serviços de passagens para instalação de torres de suporte às linhas de transmissão de energia elétrica. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas e serviços conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	374.876	405.331
Serviços (ii)	25.590	10.092
	400.466	415.423

(i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados da Companhia e de terceiros nas quais se discute a cobrança de verbas contratuais legais e outras. (ii) Serviços: Referem-se a quatro ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos		
IR Diferido	8.733.529	8.995.804
CSLL Diferida	5.671.124	5.841.431
	3.062.405	3.154.373
PIS e COFINS diferidos	10.349.800	10.660.612
PIS Diferido	1.843.115	1.898.465
COFINS Diferido	8.506.685	8.762.147
	19.083.329	19.656.416

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 195.300.000 (cento e noventa e cinco milhões e trezentos mil reais) para R\$ 271.496.454 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), um aumento, portanto, de R\$ 76.196.454 (setenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), dos quais R\$ 76.196.454 (setenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) serão destinados para a conta de capital social e R\$ 0,54 (cinquenta e quatro centavos) para conta de reserva de capital, na forma do art. 182, §1º, alínea "a" da Lei das S.A., mediante a emissão de 76.196.454 (setenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas com valor nominal, de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva especial de lucros a realizar:** Em 01 de janeiro de 2018, a Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes da adoção inicial do CPC 47 no montante de 18.640.443 (dezoito milhões, seiscentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais). Em 2020 ocorreu parte da absorção do prejuízo com as reservas de lucros no valor de R\$ 3.095.229 (três milhões, noventa e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais). Em 2021 o saldo de R\$ 15.545.214 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quatorze reais) foi revertido e passou a integrar a reserva de retenção de lucros. **d. Reserva de retenção de lucros:** Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos intermediários e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 19.168.535 (dezenove milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de dividendos intermediários, ficando disponível o montante de R\$ 34.368.853 (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e três reais). **e. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	33.161.340	19.801.511
Reserva legal (5%)	(1.658.067)	(990.075)
Base de cálculo para os dividendos	31.503.273	18.811.435
Dividendo mínimo obrigatório	315.033	188.115

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existentes da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 15.987.924 (quinze milhões novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e vinte e dois reais). Esse montante bem como o valor de dividendos mínimos obrigatórios de 31 de dezembro de 2021, foram pagos em 26 de maio de 2022 totalizando R\$ 16.176.039 (dezesseis milhões, cento e setenta e seis mil e trinta e nove reais).

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	48.240.788	39.866.836
Receita de operação e manutenção (i)	14.174.392	12.637.679
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	26.749.257	27.636.665
Outras receitas (iii)	7.317.139	(407.508)
Deduções da receita operacional	(3.898.390)	(3.481.179)
PIS e COFINS correntes	(2.099.974)	(1.880.796)
PIS e COFINS diferidos	310.812	425.657
RGR	(1.373.092)	(1.367.051)
P&D	(525.470)	(476.218)
TFSEE	(210.666)	(182.771)
	44.342.398	36.385.657

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração. (iii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IPCA apresentou uma tendência de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

18. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(5.737.673)	(5.369.696)
Material	(795.841)	(555.283)
Serviços de terceiros	(916.419)	(980.694)
Custo de operação e manutenção (i)	(88.131)	(1.943.967)
Gastos diversos	(450.443)	(323.477)
Outros	(721.210)	(548.066)
	(8.709.717)	(9.721.183)

(i) Variação refere-se substancialmente na implementação em 2021 do projeto de melhoria de instalação de bancos de baterias e retificadoros independentes ao do sistema de proteção da companhia.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.582.100)	(2.999.358)
Administradores	(158.447)	(231.692)
Material	(75.154)	(92.034)
Serviços de terceiros	(557.046)	(460.180)
Arrendamentos e aluguéis	(200.584)	(168.961)
Provisões/reversão (i)	(237.380)	1.811.162
Tributos	(6.700)	(3.660)
Outros	(222.135)	(489.846)
	(4.039.546)	(2.634.569)

(i) Variação refere-se à baixa de provisão no exercício de 2021 referente à tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	2.863.303	15.063.086
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.678.469	981.531
Variações cambiais ativas (ii)	—	13.962.506
Outras receitas financeiras	184.834	119.049
Despesa financeira	(284.200)	(17.461.393)
Variações cambiais passivas (ii)	—	(15.298.538)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (ii)	—	(2.867.475)
Multas e acréscimos moratórios	(9.733)	(9.407)
Outras despesas financeiras (iii)	(274.467)	714.027
	2.579.103	(2.398.307)

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente à sobre de caixa conforme mencionado na nota explicativa 5. (ii) Variação refere-se à variação cambial e juros sobre empréstimo com a SGID que foi quitado em setembro de 2021. (iii) Variação refere-se à baixa de provisão no exercício de 2021 referente à tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	58.226.012	51.910.936
Base de cálculo (8%)	4.658.081	4.152.875
Outras receitas	4.100.365	1.366.725
Base de cálculo	8.758.446	5.519.600
IR devido	(2.165.611)	(1.355.900)
(+) IR diferido/Outros	170.308	233.237
Total de IRPJ	(1.995.303)	(1.122.663)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	58.226.012	51.910.936
Base de cálculo (12%)	6.987.121	6.229.312
Outras receitas	4.100.365	1.366.725
Base de cálculo	11.087.486	7.596.037
CSLL devida	(997.874)	(683.643)
(+) CSLL diferido/Outros	91.966	125.948
Total de CSLL	(905.908)	(557.695)
Total de IRPJ/CSLL	(2.901.211)	(1.680.358)
Total IRPJ/CSLL corrente	(3.163.485)	(2.039.543)
Total IRPJ/CSLL diferido	262.274	359.185

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

	31/12/2022	31/12/2021
22.1 Ativo		
Contas a receber - partes relacionadas	916.653	528.822
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	906.036	528.822
Intercountry SGBH - Reembolso Gemini	10.617	—
22.2 Passivo		
Fornecedores - partes relacionadas	1.030.748	1.198.173
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.030.748	1.198.173

	31/12/2022	31/12/2021
22.3 Resultado		



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Efeito em Reais

Ativos Financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente	40.262.170	14.765.939
Contas a receber partes relacionadas	916.653	528.822
Concessionária e Permissionárias	5.540.041	5.330.260

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estavam suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos no exercício de 2020, porém em 2021 os empréstimos em dólar foram integralmente quitados. Apesar disso, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por

meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas

pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	274.260.676	274.260.676
Veículos	Carros	100.613	139.253
		294.361.289	294.399.929

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 406.397 (quatrocentos e seis mil, trezentos e noventa e sete reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
		Contrato EPC para SPTE		
EXP-SPTE-2019-0023	Nari	- Pirapora 2	27/09/2019	406.397
				Em R\$
				406.397
				406.397

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

